Celebrando a opção pelos pobres

A Doutrina Social da Igreja

Quero agradecer o convite da Maria João para participar neste encontro sobre a Doutrina Social da Igreja e a opção pelos pobres, porque me permitiu repensar este tema tão interpelador como atual.

Começaria por interrogar o que se entende por DSI. Recorrendo a uma definição, diria que a DSI é a sequência de princípios e orientações que a Igreja foi formulando como resposta aos sempre novos problemas e apelos sociais, criados pela evolução da civilização e da cultura.

Assim, mantendo-se fiel à sua doutrina e tradição, a Igreja empenha-se no *aggiornamento* do seu ensino no campo social, para responder aos desejos e necessidades do mundo em que vivemos.

E esse ensino não persegue fins de estruturação e organização da sociedade, mas sim fins de orientação e formação das consciências.

Segundo as palavras do Compêndio da DSI, de 2004, do Pontifício Conselho Justiça e Paz, desse ensino não se pode esperar uma fórmula mágica para os grandes desafios do nosso tempo. Não se trata de implantar um programa novo. O programa já existe: é o mesmo de sempre, expresso no Evangelho e na Tradição viva. Concentra-se, em última análise, no próprio Cristo, que temos de conhecer, amar e imitar, para n'Ele viver a vida trinitária e com Ele transformar a História até à sua plenitude na Jerusalém celeste (577).

Com efeito, o Jesus histórico pregou o "Reino de Deus", anunciou-o e morreu pela causa do Reino de Deus. O Jesus que, segundo S. João, no seu Evangelho, é a face visível de Deus: "Deus, nunca ninguém O viu. O Filho Único, que está no seio do Pai, deu-O a conhecer". E, na sua 1ª Carta, acrescenta: "Deus, nunca ninguém O viu. Se nos amarmos uns aos outros, Deus permanece em nós".

Daí que o cristianismo e a sua doutrina se centra na pessoa de Cristo e na pessoa do outro, o próximo, no respeito da sua dignidade, porque criado por Deus à Sua imagem.

Jesus veio instaurar o Reino de Deus, de modo a tornar possível uma nova convivência na justiça, na fraternidade, na solidariedade e na partilha. Fazer justiça aos pobres, consolar os aflitos, buscar ativamente uma nova

ordem social. E manifestou-o claramente, segundo os testemunhos de Mateus (5, 3-10) nas bem-aventuranças, ou de Lucas (4, 18-19) – "o Espírito do Senhor enviou-me para anunciar a Boa Nova aos pobres, a proclamar a libertação aos cativos, a mandar em liberdade os oprimidos".

João Paulo II, na Encíclica "Centesimus Annus", de 1991, que comemora os 100 anos da 1ª Encíclica sobre a DSI, a "Rerum Novarum", definiu a finalidade da DSI: "Propor os princípios e os valores que possam suster uma sociedade digna do Homem. Entre esses princípios, a solidariedade, em certa medida, compreende todos os demais: constitui um dos princípios basilares da conceção cristã da organização social e política", e nele assenta a constituição da "civilização do amor", devendo a Igreja manifestar a sua opção preferencial pelos pobres.

A DSI e os Direitos humanos

Segundo o Cardeal Etchegarey, "o domínio dos direitos do Homem consignado na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948, assume um lugar fundamental da DSI, fazendo convergir e interagir o dinamismo dos homens e dos povos, dos cristãos e da Igreja, no sentido de uma consciência moral que envolva cada pessoa e as instituições, na construção de uma humanidade mais justa".

Se nem sempre a hierarquia da Igreja conseguiu acompanhar esse dinamismo, desligar-se dos laços do poder e reagir em tempo aos sinais dos tempos, é inegável que, ao longo da sua história, sempre surgiram homens, mulheres e instituições que assumiram radicalmente o desafio de optar por uma Igreja ao serviço dos pobres.

São exemplos conhecidos dessa opção total os cristãos primitivos, referidos nos Actos dos Apóstolos, Bento de Núrcia e Escolástica, Francisco e Clara de Assis, João de Deus, Vicente de Paula, Teresa de Calcutá, e certamente uma multidão anónima que, ao longo da História, entregou a sua vida ao serviço dos pobres.

A Igreja, feita de homens e mulheres, leigos e consagrados e da hierarquia, a quem cabe a sua orientação, apresenta zonas de luz e de sombra. Entre essas zonas de sombra, ocorre lembrar a precaução negativa ou mesmo a recusa hostil do Papado face à Declaração dos Direitos Humanos, (a DUDH só é claramente assumida por João XXlll, na encíclica Pacem in terris)

ou a condenação liminar do movimento globalmente denominado Teologia da Libertação.

É a partir da proclamação da profética encíclica Rerum novarum dada pelo Papa Leão XIII, em 1891, numa época em que eclodiram agudos problemas sociais decorrentes da revolução industrial, que a ideia de que o Homem, enquanto pessoa, possui direitos concedidos por Deus – "direitos de Deus", e é sujeito de dignidade inviolável, se torna *leitmotiv* no magistério subsequente.

A Igreja reafirma a urgência de construir com todos os homens uma autêntica comunhão, não só acorrendo às necessidades quotidianas das pessoas, mas também promovendo a sua dignidade.

Inicia-se, assim, uma linha doutrinária em permanente diálogo com o contexto social, político, económico e com o avanço das ciências sociais e a questão dos Direitos Humanos passa a identificar-se com os valores humanos cristãos.

O magistério da Igreja sobre a questão social é proposto em encíclicas, cartas apostólicas, cartas pastorais, radiomensagens, e outros pronunciamentos, com destaque para os textos dos sínodos e as conferências episcopais.

Deixarei para o Prof. Carlos Portas o aprofundamento da longa série de orientações no campo da DSI, passando a referir, sumariamente, algumas das mais importantes questões nelas abordadas e que, de forma explícita, nos interpelam face à pobreza.

A RN aborda a questão operária e a dignidade dos pobres e os seus direitos socioeconómicos, apelando aos deveres dos ricos.

Em 1961, a Encíclica "Mater et magister", dada pelo Papa João XXIII, surge num contexto conturbado. Atento aos sinais dos tempos, o Papa retoma os temas da Rerum novarum e dirige-se a todos os homens de boa vontade. Partindo da evolução da questão social, propõe o empenhamento na construção de um mundo de justiça, de amor e de paz.

Em 1963, a Encíclica "Pacem in terris" constitui-se como a encíclica da Paz e da dignidade do Homem, fundando a paz na solidariedade e na liberdade a estabelecer entre os homens e entre os povos. Aprova

explicitamente o enunciado da DUDH, e completa-o e harmoniza-o com a mensagem cristã.

Em 1964, a Constituição Dogmática do Concílio Vaticano II "Lumen gentium" fixa na pobreza de Cristo a pobreza da Igreja, obrigando-a a escutar "o som do clamor dos pobres".

Em 1965, A Constituição pastoral "Gaudium et spes" define o conceito de desenvolvimento como a passagem de condições humanas a condições mais humanas.

Em 1967, a Carta Encíclica Populorum progressio é dirigida não só "aos filhos católicos e aos irmãos cristãos, como a todos os homens de boa vontade", incitando-os a que, perante a gravidade da pobreza no mund , "usem os seus bens, participem como cidadãos, dando a sua contribuição para as decisões económicas e políticas, pondo em ação as medidas inspiradas pela solidariedade e o amor preferencial pelos pobres, como requer a dignidade da pessoa humana, imagem de Deus criador, imagem idêntica de cada um de nós."Afirma lapidarmente: "O desenvolvimento é o novo nome da paz."

São também de recordar as palavras com que o Papa Paulo VI, em 1965, fechou os trabalhos do Concílio e que resumem a DSI nele definida: "Toda a riqueza doutrinal do Concílio se orienta numa só direção: servir o Homem, em cada uma das suas condições, das suas doenças, das suas necessidades. Num certo sentido, a Igreja assumiu-se como serva da humanidade".

Do breve papado de João Paulo I é de reter a afirmação: "Os bens da Terra são destinados a todos os homens. O que se encontra em extrema necessidade tem o direito de obter o indispensável a partir das riquezas do outro."

Do longo papado de João Paulo II e do vasto magistério social que deu à Igreja, são de destacar:

- Em 1979, afirmou em Puebla "Deve ser manifestada em toda a sua força a opção preferencial da Igreja pelos pobres"
- Em 1981, na encíclica "Laborem exercens", discrimina os novos pobres: os desempregados, os *handicapés*, e … a mulher
- Em 1987, "Sollicitudo rei socialis" introduz a dimensão do desenvolvimento, bem como condena a degradação e o esgotamento dos

recursos da Natureza, um novo pobre do nosso tempo. E chega a afirmar: "A Igreja tem por vocação aliviar a miséria dos outros, próximos ou distantes, que sofrem, e não somente com o supérfluo mas também com o necessário. (…) Em caso de necessidade, não se pode dar preferência à ornamentação supérflua das igrejas e aos objetos preciosos de culto: pelo contrário, poderá tornar-se obrigatório alienar estes bens para dar pão, bebida, roupa ou casa aos que deles estão privados" Estabelece, ainda, a hierarquia entre o ser e o ter.

- Em 1991, na carta encíclica "Centesimus annus", declara: "perante o espetáculo da pobreza cada vez mais numerosa, o direito de propriedade privada não é um direito absoluto. Pela sua natureza de direito humano, comporta os seus próprios limites".

Na parte final da Encíclica "Deus caritas est", (27), Bento XVI afirma o imperativo ético de amar o próximo e de agir em prol da justiça e da equidade.

Em 2004, o Pontifício Conselho Justiça e Paz, criado pelo Papa com a missão de despertar nos católicos a consciência imperativa de promover o progresso das regiões indigentes e a justiça entre as nações, apresenta o "Compêndio da Doutrina Social da Igreja", em que reúne o pensamento e os princípios que orientam a Igreja: os direitos de todos os homens, sem exceção, apoiam-se na lei natural inscrita na consciência de todo o ser humano e veem-se confirmados e valorizados na fé da Igreja pelo Evangelho de Cristo.

E chegamos a 2013, ano em que o Papa Bento XVI escuta os sinais dos tempos e resigna. Sucede-lhe o Papa Francisco e cedo nos damos conta de que ele assume uma visão da Igreja essencialmente espiritual e pastoral, radicada no Concílio Vaticano ll e não dogmática e histórica, reclamando que ela seja "Uma Igreja pobre para os pobres".

Cumpria-se a profecia do cardeal Martini, cujo sonho era "uma Igreja sinodal, pobre entre os pobres, inspirada no Evangelho das bem-aventuranças, fermento e grão de mostarda".

Cumpria-se, igualmente, o pedido que, no momento da eleição do Papa Francisco para Bispo de Roma, o cardeal franciscano Cláudio Hummes lhe fez: "Não te esqueças dos pobres."

Numa linguagem simples, afetiva e próxima, no contacto direto com as pessoas, o Papa Francisco tem feito deste pedido uma das prioridades do magistério da palavra e da vida que ele oferece quotidianamente à Igreja e ao mundo.

Recorda as periferias existenciais, os insignificantes, os não pessoa, a quem não é reconhecida a plenitude de direitos como ser humano, "a situação de pobreza da Mãe Terra", na expressão de Leonardo Boff, a globalização da indiferença perante a pobreza, denuncia "o mundo da feroz idolatria do dinheiro que se concentra no centro, enquanto as pontas da sociedade, os extremos, são mal atendidos, não são cuidados, são descartáveis. Os idosos, porque não servem, não produzem; os jovens, porque também não produzem muito. Descartando os dois, o Mundo desaba". Manifesta-se sensível, tal como o Cardeal Martini, à marginalização e ao sofrimento dos divorciados, dos padres obrigados a renunciar ao sacerdócio, à condição da mulher.

Convoca a união das diferentes religiões na luta por uma cultura do encontro no mundo. Recebe Gustavo Gutierrez e propõe-se rever a questão da Teologia da Libertação. Despoja-se dos sinais de poder e apresenta-se como pecador entre pecadores. Vê no clamor dos pobres "a carne de Cristo" ou, como diz Leonardo Boff, "o Cristo que continua cruxificado no cruxificados da História". Que é preciso, como aconselha, "olhar nos olhos, tocar a mão".

À transparência do seu discurso aplica-se a afirmação de S. Bernardino de Sena: "Aquele que fala claro, tem clara a sua alma".

Revemo-nos na sua visão do crístico "Reino de Deus". Interpela-nos face à pobreza crescente do nosso tempo, afirmando que no cristianismo a atitude para com a pobreza e os pobres é, essencialmente, de verdadeiro compromisso.

Perante a radicalidade das palavras do Papa Francisco, cumpre-nos refletir e interrogarmo-nos sobre a forma como vivemos a nossa opção cristã pelos pobres. Ficamo-nos na contemplação desta sedutora e fascinante mensagem franciscana ou somos capazes de passar às obras?

Auxiliemos o nosso exame de consciência com o conselho que o Papa deixou aos jovens, no Brasil, "é fácil trazer a imagem de Cristo escrita na camisola. Difícil é ter peito, coragem, para seguir Jesus".